

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Jornal de Brasília Class.: _____Data: 24/07/77Pg.: 10

Funai faz levantamento dos yanoamas

Pelo menos seis mil yanoamas vivem no território brasileiro e neste momento a Fundação Nacional do Índio, apesar da época ser imprópria, procede ao levantamento das aldeias deste grupo que vive espalhado no noroeste de Roraima, penetrando pela Venezuela. O objetivo do levantamento, segundo declarações do general Ismarth de Araújo, presidente da Funai, "é informar a todos os órgãos de que se trata de área indígena".

O levantamento em si está custando, em termos financeiros, um gasto desproporcional levando-se em conta que durante estes meses do ano Roraima se encontra na estação chuvosa, o que dificulta qualquer trabalho de mapeamento e principalmente um trabalho de localização de um grupo tribal que se desloca com frequência. O que teria levado a Funai a iniciar este trabalho?

As explicações do general Ismarth de Araújo, analisadas superficialmente, parecem satisfatórias: a necessidade de localizar as aldeias para uma possível criação de reserva. Na verdade a Funai começa a sentir as primeiras pressões no sentido de liberar a área para exploração mineral, principalmente em Surucucu, onde há dois anos atrás detectou-se a presença de material radioativo.

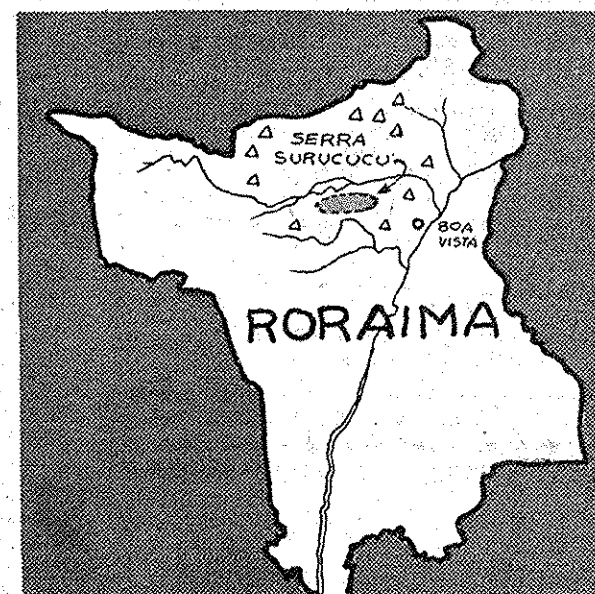
O SONHO DO URANIO
Em Roraima cada habitante conta sua história de El-Dorado. Mesmo o garimpeiro mais pobre, mesmo os que não se dedicam à garimpagem contam que nas entranhas de Roraima se encontram riquezas insuspeitadas. O fato é que em janeiro e fevereiro de 1975 o Projeto Radam, depois de trabalhos realizados na Serra dos Surucucus, constatou a presença de minérios radioativos. Nada mais concreto para continuar alimentando os sonhos roraimenses e provocar no governador Fernando Ramos Pereira reações dignas do exército norteamericano do século passado.

"Na minha opinião uma terra rica como esta não pode se dar ao luxo de conservar meia dúzia de grupos indígenas", disse o coronel Fernando Ramos Pereira diante de uma imprensa estupefata que o entrevistava numa tarde de fevereiro de 75. Um mês depois este mesmo governador distribuía nota oficial dando conta de que na área de Surucucu, num raio de 150 quilômetros, haviam sido localizadas de quatro a cinco aldeias com uma população aproximada em 300 índios. Ora, na mesma época o governador recebera informações de que num raio correspondente a 50 quilômetros (ou seja: um terço do anunciado na nota oficial) se concentravam cerca de 46 malocas cuja população seria de dois mil e 300 índios. Qual o interesse então do governador de Roraima em minimizar a população indígena da área (cálculo que por sinal está sendo desmentido pelas recentes descobertas de malocas pela própria Fundação Nacional do Índio no trabalho de levantamento de Surucucu)?

Uma das características dos povos colonizadores é exatamente diminuir os números, ou seja, num censo, contar em quantidade menor a população colonizada, posição bastante cômoda para os invasores levando-se em conta que as intenções destes são o domínio da terra. Os yanoamas de Surucucu não estão escapando desta técnica bastante usada por todos os colonizadores. E tudo porque sob seus pés repousam minérios cobiciados por uma cultura cujo bem supremo é o poder de conquista, o poder de impor sua própria cultura a outros povos.

Com as pesquisas minerais na área e iminente exploração, os yanoamas estão sendo ameaçados, embora o próprio presidente da Funai acredite que não haja incompatibilidade entre a exploração mineral em harmonia com os índios. Evidente que não há incompatibilidade desde que a Funai, como observam alguns antropólogos, exerça uma ação de controle eficaz junto aos índios, vacinando todos os habitantes das aldeias não apenas contra as três doenças que tradicionalmente matam os autóctones em seu contato com o homem

MEMELIA MOREIRA da Equipe do Jornal de Brasília.



branco, mas contra todas as doenças que o homem branco carrega.

Esta exploração se torna maléfica pois não vem acompanhada de proteção ao índio, deixando-o à mercê de males desconhecidos e contatos perniciosos que fatalmente destroem suas culturas. Caso contrário os lucros obtidos na exploração da riqueza das terras indígenas poderiam perfeitamente suprir as necessidades econômicas dos índios em contato com o branco, necessidades estas que a Funai não pode preencher dado a seu escasso orçamento.

OS YANOAMAS

O território dos yanoamas ocupa cerca de 150 mil quilômetros quadrados na região da fronteira Brasil-Venezuela. Do lado brasileiro este território se expande pelo noroeste de Roraima e pelo vale do rio Demeni, no Amazonas, região de floresta tropical. Na área dos yanoamas vive ainda um pequeno grupo de índios maionong.

Para estes índios que ora se encontram ameaçados com a iminente presença da Companhia Vale do Rio Doce existe a proposta da criação de uma reserva, apresentada, de acordo com informações do relatório do Conselho Indigenista Missionário, pelo casal de antropólogos Alcida Ramos e Kenneth Taylor. O projeto da reserva foi apresentado em dezembro de 1968, ou seja, pouco tempo depois da criação da Funai.

Além da sugestão para que se criasse uma reserva, os antropólogos realizaram um levantamento sobre os yanoamas, constando do Plano Yanoama. De acordo com informações obtidas na Funai este plano se desenvolve em 11 áreas geográficas no Território de Roraima e Amazonas: Catrimani, Ajarani, Demeni, Araçá, Paduari, Marauaiá, Cauaboris, serra dos Surucucus, rio Macajaf, Auaris e Uraricaiá.

Muitos dos índios destas diversas áreas já foram atingidos pela presença do branco, principalmente depois do início da construção da Perimetral Norte que, de uma certa forma, desagregou completamente a vida tribal provocando inclusive casos de prostituição, além das conhecidas doenças.

Além da necessidade de demarcar as terras dos yanoamas, a Funai deveria ainda vaciná-los contra as doenças, pois a cada dia aumentam os perigos de contaminação e consequentemente de desaparecimento do grupo, como já aconteceu na região do Catrimani, onde a entrada de elementos sem uma rigorosa fiscalização por parte da Funai provocou baixas entre os índios atingidos pela tuberculose.

Recentemente a Funai, depois de notícias veiculadas pelo jornal Estado de São Paulo, liberou as informações sobre uma epidemia de sarampo entre os índios yanoamas. Este acontecimento é mais um testemunho de que é urgente a necessidade de proteção contra as doenças do mundo ocidental. Na ocasião do sarampo 68 casos de morte foram noticiados.

Estes casos de doenças são apenas dois pequenos exemplos de que o contato branco versus índios se torna cada vez mais fatal para eles, levando-se em consideração a falta de assistência efetiva para um grupo que

desde o início da década de 70 vê avançando máquinas, tratores e equipamentos que vão destruir sua cultura.

Não se pode nem falar em prioridade tratando-se de um grupo cujo impacto com o mundo ocidental é cada dia mais avassalador, principalmente depois da construção das estradas Perimetral Norte e BR-174 que liga Manaus a Caracará. Estas estradas provocam naturalmente uma corrida em direção às terras de Roraima, que além das riquezas minerais tão decantadas são um bom campo para a agropecuária, tradição local.

Embora todos os grupos yanoamas espalhados por Roraima mereçam uma assistência urgente e eficaz — como de fato, todos os índios do Brasil — os yanoamas, que no momento habitam as proximidades da Serra dos Surucucus, devem merecer da Funai uma atenção especial, porque não apenas a unidade cultural do grupo se encontra sob ameaça, como a própria integridade física, pois o próprio governador Ramos Pereira, pouco depois de anunciar o reduzido número de yanoamas, comentou que aquela região "não é área indígena".

Em Surucucu vivem aproximadamente 2700 índios, em aldeias isoladas e ainda sem um programa de vacinação realizado. Os pequenos garimpeiros que exploravam a região foram afastados, conforme anunciou a Funai no final do ano passado, mas em compensação a Vale do Rio Doce começa a chegar, quase sorrateiramente, sem que as providências exigidas se cumprissem.

O grupo yanoama, que talvez se constitua o maior grupo ainda isolado no Brasil, caso seja atendido de acordo com as propostas apresentadas pode sofrer menos violentamente com o contato branco. Estas propostas se resumem na assistência médica, com uma campanha de imunização e presença constante de equipes médicas; necessidade de demarcação de uma reserva (o que para o general Ismarth de Araújo será possível no próximo ano) e um acompanhamento do grupo por parte dos antropólogos e ainda sociólogos, podendo-se assim evitar atritos entre índios e brancos.

Se a intenção da política indigenista do Governo é exatamente preparar os grupos para uma participação na sociedade nacional, torna-se mais do que necessário esta assistência antes que ocorra a completa destruição dos yanoamas, fato não muito remoto, com a desagregação tribal como vem ocorrendo com diversos outros grupos do Brasil.

Os yanoamas, como os parakanans, kren-akarore, suruí, cinta-largas isto para citar apenas os índios que recentemente foram contactados podem sofrer um processo de dizimação (o que poderá ocorrer também com os próximos índios a serem contactados: araras e zorós) desastrosos e mesmo que o Brasil não possa ser acusado de proceder a campanhas de massacres o crime será por omissão, uma vez que todos os avisos foram dados, restando apenas apoiar um órgão que foi criado para a "assistência ao índio" e não, como confundem alguns, para abrir caminhos para as grandes empresas.